

## **“Libras” na formação dos profissionais da educação básica nas Escolas Públicas Estaduais de Simões – PI**

*Itana Silva Carvalho (1), Natália Borges de Sousa (2) e Poliana de Oliveira Ferreira (3).*

(1) Faculdade de Educação de Bacabal - FEBAC. E-mail: itasilk@hotmail.com

(2) Faculdade de Educação de Bacabal - FEBAC. E-mail: nataliaborgesadm@hotmail.com

(3) Departamento de Biblioteconomia da UFMA/Campus São Luís. E-mail: polianajansen@hotmail.com

**Resumo:** *O artigo trata da formação dos profissionais da educação na Língua Brasileira de Sinais, que é uma língua própria da comunidade surda assegurada por lei, considerando seu contexto histórico, aspectos legais, metodologias de ensino e maneiras de promover a inclusão, destacando a importância da formação dos profissionais da educação, identificando as dificuldades enfrentadas por eles no convívio com alunos surdos, de modo que venha a incentivar o uso das Libras pela comunidade surda e ouvinte como forma de inclusão. Com embasamento na pesquisa qualitativa através de consultas em Leis e pensamentos de autores como: Silva (2002) Salles (2007), Oliveira (2010), Melo (2012) entre outros, o estudo se complementou por meio da pesquisa de campo que possibilitou conhecer o que os profissionais da educação conhecem sobre o assunto em questão além de perceber seus anseios e dificuldades sobre tal conceito. Constatando que embora seja assegurada por lei, a língua de sinais ainda tem sido pouco vivenciada na realidade local onde ocorreu a pesquisa.*

**Palavras-chave:** *Língua de Sinais; Formação de Professores; Inclusão.*

### **1 Introdução**

A Língua Brasileira de Sinais passou a ser reconhecida oficialmente no Brasil por meio da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que foi regulamentada por meio do DECRETO Nº5.626 de dezembro de 2005, sendo a partir deste, considerada uma Língua própria para a comunicação com os surdos. A lei assegura atribuições, tais como, tornar-se disciplina curricular, para formação de professores e Instrutores em Libras para a educação de surdos, atuando desde Ensino Infantil até o nível superior, garantindo o atendimento educacional especializado.

O enfoque primordial deste trabalho tem como pré-requisito abordar sobre a Língua Brasileira de Sinais na Formação dos Profissionais da Educação das Escolas Públicas Estaduais de Simões – PI, pois se entende que a Libras é uma ferramenta educacional inclusiva capaz de aproximar as pessoas proporcionando a comunicação. Tendo como objetivos: destacar a importância da formação dos profissionais da educação para a Rede Pública de Ensino, especificamente nas Escolas Estaduais; Identificar as maiores dificuldades enfrentadas pelos professores no ensino para surdos; ressaltar a importância da formação dos profissionais da educação como método inclusivo; incentivar a inserção da Libras na educação básica. A metodologia utilizada foi com base na pesquisa qualitativa em livros, artigos e informativos que forneceram informações importantes para o desenvolvimento do tema abordado e por meio da pesquisa de campo, utilizando um questionário direcionado aos profissionais da educação da rede estadual de ensino.

É notável que a Língua Brasileira de Sinais seja um desafio para a Rede Pública de Ensino em toda sua amplitude, pois é visível que as Escolas Públicas ainda não se adaptaram a essa realidade. Sendo assim, houve a necessidade de procurar entender os motivos que impedem a inclusão de pessoas que dependem do uso da Libras para se comunicar no âmbito educacional, tendo em vista, que a falta de formação dos profissionais da educação é um fator que exclui o indivíduo da escola, pois a mesma não oferece suporte para que sejam desenvolvidas as atividades escolares. Esperando de alguma forma contribuir para que a educação inclusiva seja um fator concreto na sociedade, inserindo cada vez mais, recursos que favoreçam o acesso a uma educação pública de qualidade que considere as necessidades de cada indivíduo.

## **2 Contexto histórico da libras no brasil**

Até o final do Século XV, os surdos eram considerados incapazes de serem educados, somente com a chegada do francês Harnest Huet trazido por D. Pedro II, que foram iniciados os primeiros trabalhos com crianças surdas. Logo em seguida foi fundado o Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES, no Rio de Janeiro, onde os alunos eram ensinados por meio da língua escrita e de sinais. A primeira pesquisa sobre a Língua de Sinais foi realizada por Flausino José, que era ex-aluno do INES, sendo criador de um vocabulário de sinais, baseado em desenhos que visavam mostrar os sinais brasileiros. Os métodos de ensino dividem-se em três abordagens principais que deram muitas formas de se trabalhar com o aluno surdo. São elas: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo.

A abordagem educacional oralista visava fazer com que a pessoa surda utilizasse a língua da comunidade ouvinte na modalidade oral como uma única maneira de comunicação. A comunicação total é uma modalidade mista e produziu um problema que é até hoje questionado pelos surdos, que é a mistura de duas línguas, a língua portuguesa e língua de sinais resultando numa terceira modalidade que é o português sinalizado, pois isso dificulta a compreensão por parte dos surdos. Na educação bilíngue as duas línguas são utilizadas, sabe-se então, que deve usar primeiramente a língua de sinais, por ser a língua materna da comunidade surda, e a segunda opção a língua oral que pode ser praticada através da escrita, portanto é importante a inclusão do mesmo em toda sociedade.

### **.2.1 Aspectos legais da língua brasileira de sinais**

A Língua Brasileira de Sinais é uma língua legítima que se desenvolve naturalmente na comunidade surda, tendo ela importância em todos os aspectos relacionados ao desenvolvimento do indivíduo. A necessidade do convívio com ouvintes é importante para o processo de inclusão e conhecimento da linguagem que é necessário que os ouvintes também se comuniquem por meio da língua de sinais. A oficialização da Libras em abril de 2002 (Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002), começou a abrir novos caminhos, sem, no entanto, deixar de gerar polêmicas por profissionais que trabalham com surdos e por surdos oralizados, que não se sentem parte de uma comunidade surda e não veem mérito nessa vitória para a comunidade surda. Portanto "se faz necessário consolidar o argumento de que a aquisição da língua de sinais o mais precocemente pelo surdo, é fundamental para o seu desenvolvimento cognitivo, e sua integração social" (Silva, 2002, p.28). Esse fator é fundamental também para que o surdo se aceite.

A língua brasileira de sinais é uma ferramenta de comunicação que precisa ser reconhecida como necessária por parte da sociedade, uma vez que não cabe ao surdo se adaptar a sociedade, mas sim a sociedade se adaptar à realidade do surdo. Embora já venha sendo implantada como uma disciplina obrigatória dos cursos de licenciatura, bacharelado em interprete, tradutor e em curso de fonoaudiologia, a situação real ainda é crítica e pouco inclusiva.

De acordo com Melo (2012, p.3):

A Língua brasileira de sinais é uma disciplina curricular obrigatória e percebe que é a língua mais utilizada pelos deficientes auditivos e ainda ressalta que por mais que ela seja uma disciplina obrigatória, muitas das vezes não encontramos profissionais preparados para atuar com os alunos que tem a deficiência.

A carência de profissionais se dá por falta de formação para atuar dentro dessa área, o que acaba muitas vezes excluindo os surdos do convívio social, da inserção no mercado de trabalho, limitando o universo da comunicação entre surdo e ouvinte. "A Libras possui estrutura gramatical própria e os sinais são formados por meio da combinação de formas e de movimentos das mãos e de pontos de referência no corpo ou no espaço" (OLIVEIRA, 2010, p.8). É importante que a sociedade tome conhecimento e comece a aprender a língua de sinais como um meio de comunicação necessário para a sociedade. No entanto, os profissionais precisam buscar se especializarem cada vez mais e se adequarem à realidade das escolas brasileiras.

### **3 O professor é o elemento fundamental do processo de inclusão**

O professor é o componente principal para a formação da educação inclusiva, pois irá viabilizar na sala de aula as condições propícias para atender todos os alunos com necessidades e peculiaridades. Nada adianta se falar na inclusão do surdo, se o professor no seu período acadêmico, nunca ouviu falar, ou que nunca tenha sido estimulado pelo menos pensar no assunto. A ânsia de ofertar uma educação que proporcione as condições de aprendizado a todos, parte da ideia de formar os profissionais que atuarão com os sujeitos, o educador deve primeiramente pensar de forma inclusiva, sentir realmente à vontade para praticar a inclusão em suas aulas.

Pensar a formação de professores para alunos surdos de maneira isolada é antes de tudo uma maneira de excluí-lo da sociedade. Baseando-se na teoria Vygotskyana, (1998) pode-se enfatizar que o professor deve ser preparado para atender o desenvolvimento dos alunos, o ritmo de aprendizagem de cada um e com a clareza do seu papel de educar.

A forma convencional da prática pedagógica da ação docente, muitas vezes, é questionada, requerendo o aprimoramento do professor no contexto educacional na área da surdez. Salles (2007, p. 60) afirma que:

A formação de professores deverá desenvolver-se em ambiente acadêmico e institucional especializado, promovendo-se a investigação dos problemas dessa modalidade de educação, buscando-se oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas. Devem ser utilizados métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às

situações específicas de aprendizagem, incluindo-se, no caso de surdez, a capacitação em língua portuguesa e em língua de sinais.

O surdo deve fazer uso da língua de sinais para se comunicar independente do lugar em que frequenta por ser esse, o meio mais propício para ele. Nesse sentido Salles (2007, p.47) destaca ainda que:

Recomenda-se que a educação dos surdos seja efetivada em língua de sinais, independente dos espaços em que o processo se desenvolva. Assim, paralelamente às disciplinas curriculares, faz-se necessário o ensino de língua portuguesa como segunda língua, com a utilização de materiais e métodos específicos no atendimento às necessidades educacionais do surdo. Nesse processo, cabe ainda considerar que os surdos se inserem na cultura nacional, o que implica que o ensino da língua portuguesa deve contemplar temas que contribuem para a afirmação e ampliação das referências culturais que os identificam como cidadãos brasileiros.

Para que isso ocorra é necessário que se tenha profissionais capacitados, aptos a atuar no universo educacional, abrindo possibilidades de convívio com o uso da língua de sinais e com a formação nessa área. Falar da Libras na escola, na sociedade, na família, não é restringir o currículo escolar a uma outra língua, mas sim, reconhecer e respeitar a natureza humana de um semelhante.

#### **4 Métodos e práticas pedagógicas no ensino da libras**

A Libras ainda é vista pelos surdos e pelos ouvintes como algo diferente do que culturalmente se vê. No entanto, é necessário refletir sobre as práticas de ensino que se apropriam as diferentes necessidades dos alunos cogitando sobre os métodos utilizados e a necessidade da criação de novos métodos, materiais didáticos e conteúdos diversificados e de acordo com a realidade do perfil dos alunos inseridos na escola. Costuma-se dizer que para ensinar Libras basta saber. Entretanto, assim como nas demais línguas, o ensino deve conter conhecimentos teóricos e práticos. Sem formação específica não é possível ensinar; dominar uma língua não quer dizer ser capacitado para ensiná-la.

As aulas são ministradas, em sua grande parte, através de diálogos orais e atividades escritas o que dificulta o desempenho necessário ao aluno surdo, ficando evidente uma exclusão, pois este tipo de metodologia não atende as condições de aprendizagem do mesmo. E, como consequência, resulta em grande dificuldade de comunicação por falta de uma Língua que os una.

(...) o ensino da língua portuguesa para crianças surdas, principalmente em escolas regulares, não tem considerado este fato e as crianças surdas, inseridas em classes de crianças ouvintes recebem o mesmo tipo de atividade como se já tivessem adquirido esta língua naturalmente e tivessem o mesmo desempenho das ouvintes (FELIPE, 1997, p. 41).

É imprescindível que os profissionais de educação tenham compreensão do que estão abordando, para que se tenha uma efetiva inclusão dos alunos surdos em uma turma

de ensino regular, levando em consideração que as experiências visuais dos alunos surdos não são as mesmas dos ouvintes.

## **5 Materiais e métodos**

A metodologia utilizada foi com base na pesquisa qualitativa em livros, artigos, informativos e jornais que apresentem informações importantes para a formação do conhecimento acerca do tema abordado, fazendo levantamentos da importância da formação de profissionais da educação para o processo de inclusão dos indivíduos que dependem da Língua Brasileira de Sinais para se comunicarem. O estudo se completou por meio da pesquisa de campo realizada na Escola Estadual JB com os profissionais que nela atuam tais como, Professores, Coordenadores e Diretores, utilizando um questionário contendo cinco questões subjetivas onde os sujeitos da pesquisa puderam expor sua opinião acerca da importância da formação do profissional da educação na área de Libras.

Na pesquisa qualitativa o pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é, da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação. As experiências pessoais do pesquisador são elementos importantes na análise e compreensão dos fenômenos estudados (TEIXEIRA 2006, p. 137).

## **6 Análise de dados**

### **6.1 Caracterizações do local pesquisado**

A presente pesquisa foi realizada na Escola JB da Rede Estadual de Ensino de Simões - PI, localizada na Rua José Rodrigues, nº 695. A referida escola possui 290 alunos, turnos Manhã de 07h00min às 11h30min e Noite das 19h00min às 22h30min. A presente instituição conta uma diretora titular, um diretor adjunto, duas coordenadoras pedagógicas, uma secretária, uma auxiliar de secretaria, vinte e dois professores, quatro auxiliares de serviços gerais, dois vigias. A estrutura física da escola possui sete salas de aula, uma diretoria, uma sala de professores, uma biblioteca, uma cantina, dois depósitos, cinco banheiros sendo um deles adaptado para pessoas com necessidades especiais e um pátio e uma quadra esportiva.

A coleta destas informações proporcionou compreender melhor, a real situação dos profissionais da educação com relação ao sistema de ensino ofertado aos surdos, além de conhecer a visão destes profissionais e seus anseios e dificuldades com relação à inclusão. Foram entrevistados por meio do questionário 06 profissionais da educação que atuam nos turnos manhã e tarde na rede estadual de ensino, dos quais 02 atendem um aluno surdo em uma de suas turmas, onde se pôde notar que todos os profissionais possuem conhecimento sobre o que diz a Lei e consideram que a mesma não venha sendo colocada em prática e entendem a importância de se ter formação para atuar de forma satisfatória junto a esse público, por ser uma forma de inclusão do mesmo em um espaço de ensino regular sem que venha causar nele constrangimento.

Todos os profissionais mostraram-se interessados em adquirir formação na área, por considerarem como fator de inclusão social. Os que trabalham com alunos surdos avaliam ser muito complicado e afirmam ter dificuldades em estabelecer uma comunicação

efetiva e a interação entre professor/aluno. Já os que não trabalham com alunos surdos asseguram que teriam dificuldades para interagir com o aluno por não ter domínio da língua de sinais.

Pode-se notar que ainda existe um grande despreparo por parte das instituições, pois nem todas as escolas têm estrutura física e pedagógica suficiente para receber estes alunos surdos tornando cada vez mais dificultoso para o profissional que nela atua e que precisa receber o aluno, ainda que não tenha como ofertá-lo as condições de aprendizado necessárias a ele.

### **Considerações finais**

Ao se fazer uma análise do que diz a lei 10.436 (2002) foi possível compreender sua importância no processo de inclusão do aluno surdo no sistema de ensino, pois a mesma assegura a valorização desta língua tanto para a comunidade surda como para a comunidade ouvinte por considerar que a sociedade é que precisa se adaptar ao surdo. Introduzir a Libras como disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura é uma maneira de proporcionar o conhecimento inicial da língua, porém só isso não é considerado como formação para atuar de forma satisfatória com o público surdo, havendo a necessidade de conhecimentos mais aprofundados na língua, tal como a formação de tradutor e interprete da língua de sinais para trabalhar junto ao professor na sala de aula.

A pesquisa nos revela que embora a legislação assegure uma educação de qualidade como sendo um direito de todos, ainda não é ofertado o ensino utilizando a língua de sinais que é a língua materna do surdo, pois os profissionais conhecem muito pouca a língua de sinais e não são capacitados para atender as necessidades dessa clientela, tornando dificultoso o trabalho de ensino e aprendizagem e sem rendimento para o aluno que precisa de um suporte que seria o tradutor e interprete de Libras.

Portanto é de suma importância que a Libras seja mais reconhecida e acessível no processo de ensino, sendo utilizada nas escolas como disciplina obrigatória para que todos tenham acesso, e assim teremos a inclusão no ensino regular. É importante também que os alunos e professores busquem conhecer a estrutura da Língua, e desta forma, o conhecimento gera novas pesquisas e novos horizontes para a busca do conhecimento, e consequentemente novas formas de conceber a língua de sinais.

### **Referências bibliográficas**

BARBOSA, Estélio Silva. **Língua Brasileira de Sinais: Libras**. Teresina 2012. Editora EDUPI/UAPI

BRASIL, **Ministério da Educação**. Lei 10.436/02

\_\_\_\_\_. Decreto 5626/05.

FELIPE, T. A. Escola Inclusiva e os direitos linguísticos dos Surdos. Rio de Janeiro: Revista **Espaço – INES**, 1997. p. 41-46, Vol. 7.

MELO G. F.; OLIVEIRA, P. S. J, **Ensino-aprendizagem de Libras**: mais um desafio para a formação docente. SENAC: Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, Maria Ângela, LIMA, Ricardo Franco de. **A língua Brasileira de Sinais**: Libras na formação de professores. 2010. *Revista psicologia: o portal dos psicólogos*, p.1-14, abril 2010.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, LoDenir Becker. **Língua de sinais brasileira – estudos linguísticos**. Editora: Porto Alegre, 2009.

RAMOS, Rossana. **Passos para a inclusão**. São Paulo: Cortez, 2006.

REGO, Tereza Cristina. Vygotsky. **Uma perspectiva histórica** – cultural da educação. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima et al. **Ensino de língua portuguesa para surdos**: caminhos para a prática pedagógica, 2ªed. –Brasília: DF, Ministério da Educação, 2007.

SILVA, Daniele Nunes Henrique. **Como brincam as crianças surdas**. São Paulo: Plexus, 2002.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 2ª ed. Petrópolis: RJ, Vozes, 2006.

VYGOTSKY. L. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo; Martins fontes, 1998.

## **ANEXO A - QUESTIONÁRIO**

1. Você tem conhecimento do que é a LIBRAS de acordo com o que diz a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002? Caso tenha, considera que ela venha sendo colocada em prática?
2. Você, enquanto educador considera importante a formação em LIBRAS, ainda que não atenda esse tipo de clientela?
3. Caso você tivesse um aluno surdo, como lidaria com tal situação? Teria dificuldades quanto a isso? Quais dificuldades seriam?

